



TERMO DE REFERÊNCIA

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Urbanos – SEMMAS, detém a atribuição legal de realizar a gestão dos resíduos sólidos gerados no município, por meio do Sistema de gerenciamento Integrado de limpeza, tendo como finalidade a disposição dos resíduos sólidos domiciliares e comerciais em aterro sanitário devidamente licenciado.

Este termo traz o conjunto de elementos necessários e suficientes com base no Estudo Técnico Preliminar, com o objetivo de estabelecer a orientação de instituições interessadas em participar do certame licitatório.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de recepção, gerenciamento e destinação final de Resíduos Sólidos domiciliares e comerciais deste Município, em aterro sanitário devidamente licenciado pelos órgãos competentes, conforme Deliberação Normativa COPAM Nº 119/2008

1. DA CONTEXTUALIZAÇÃO

Conforme disposto na Política Nacional de Resíduos Sólidos, em seu artigo 36, inciso VI, cabe ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos dar disposição final ambientalmente adequada aos resíduos e rejeitos oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, ou seja, deve-se enviar os rejeitos para aterros sanitários, devidamente licenciados.

Considerando que a geração de resíduos sólidos no âmbito da municipalidade é constante, ratifica-se os serviços a serem contratados como de natureza continuada, pois pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A contratação pretendida se faz necessária em função ao cumprimento da execução dos serviços de manutenção da limpeza pública, em atendimento a PNRS - Lei 12.305/2010.

A necessidade da contratação decorre da proximidade do vencimento do Contrato nº 52/2021, firmado em 01 de julho de 2021, cujo prazo final é 31 de junho de 2026. Considerando que tal contrato foi celebrado com base na revogada Lei nº 8.666/1993, e que o prazo máximo de 5 anos estabelecido no art. 57, inciso II, da referida norma está se esgotando, não sendo mais possível sua prorrogação, impõe-se a realização de novo procedimento licitatório, sob a égide da Lei nº 14.133/2021.

3. REQUISITOS E CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. A contratada deverá obedecer a critérios técnicos de construção e operação, e com licenciamento ambiental de acordo com a Resolução CONAMA nº 237/97, e executar todas





PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Estado de Minas Gerais

as etapas necessárias à destinação final ambientalmente correta dos resíduos sólidos urbanos e domiciliares, compreendendo:

- Recepção dos resíduos;
- Triagem e tratamento (quando aplicável);
- Disposição final em Aterro Sanitário Classe II, conforme ABNT NBR 10004/2004;
- Controle operacional e ambiental do empreendimento;
- Registro e disponibilização de informações relativas à quantidade, origem e destino dos resíduos.

3.2. Composição da Guarnição e Equipamentos da Unidade de Tratamento

A contratada deverá dispor de infraestrutura física e operacional mínima para garantir o correto recebimento e disposição dos resíduos, incluindo:

- Balança rodoviária devidamente aferida;
- Sistema informatizado de controle de entrada e pesagem;
- Equipamentos para compactação, cobertura e impermeabilização dos resíduos;
- Equipe técnica qualificada, composta por operadores de máquinas, técnicos ambientais, encarregados e auxiliares operacionais;
- Veículos e máquinas para movimentação interna dos resíduos (trator de esteira, pá carregadeira, caminhões de apoio, entre outros);
- Estrutura de apoio (vestiários, escritório, almoxarifado, sanitários, etc.);
- Sistema de drenagem de chorume e gases.

3.3. Sistema de medição dos serviços

A medição dos serviços será mensal, com base no peso (toneladas) de resíduos efetivamente recebidos e destinados, conforme registros das balanças da unidade de tratamento. A medição será acompanhada e atestada pela fiscalização da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Urbanos – SEMMAS.

A contratada deverá fornecer mensalmente:

- Relatório mensal de quantidades de recebimento;
- Comprovantes de pesagem, em toda viagem;
- Certificados de destinação final (quando aplicável).

4. VIGÊNCIA CONTRATUAL

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, observado o interesse da Administração.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

A execução do objeto contratado deverá obedecer à seguinte sistemática, assegurando a rastreabilidade dos resíduos, a regularidade do serviço e a conformidade com as normas ambientais:

5.1. Prazos, Local e Normas de Execução

5.1.1. O início dos serviços Recepção, Tratamento de Destinação Final dos RSU, deverá ocorrer a partir de 01/07/2026, após a assinatura do contrato e respectiva emissão da ordem





PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Estado de Minas Gerais

de serviço. A recepção dos RSU será de segunda a sábado, conforme horário de funcionamento do Aterro.

5.1.2. Os serviços serão prestados pela CONTRATADA, diretamente em suas instalações, diariamente, mediante entregas pela Municipalidade, coletados e transportados por Veículos da Empresa Terceirizada pela Coleta dos RSU, e ou veículos pertencentes a frota do Município. Os veículos cadastrados pelos responsáveis do transporte dos RSU para descarga na área ofertada pela empresa serão pesados no momento da entrada, devidamente carregados e no momento da saída, após a descarga.

5.1.2.1. A cada pesagem, será emitido o respectivo ticket em 2 (duas) vias, com identificação do veículo (marca/modelo e nº de placa), data, horário e resultado da pesagem. A empresa arquivará a 1ª via do ticket de pesagem, entregando a 2ª via ao motorista. As vias do ticket de pesagem deverão ser rubricadas pelo balanceiro no momento da pesagem.

5.1.2.2. A pesagem dos resíduos servirá para o controle da quantidade de resíduos sólidos depositados no Aterro, bem como para o controle das quantidades a serem medidas e na elaboração mensal de boletim de medição.

5.2. Coleta e Transporte dos RSU

A coleta e o transporte dos resíduos sólidos urbanos e domiciliares (RSU) são realizados por empresa terceirizada, regularmente contratada pela Administração Pública Municipal, conforme legislação vigente e contrato específico. Os resíduos serão transportados até o ponto de entrega previamente indicado pela empresa contratada para recepção, tratamento e destinação final, momento a partir do qual passa a ser de responsabilidade desta.

5.3. Recepção e Pesagem

Os resíduos deverão ser recebidos na unidade operacional licenciada da contratada, com pesagem obrigatória em balança rodoviária devidamente aferida pelo INMETRO. A contratada deverá dispor de sistema informatizado para o controle de entrada e saída dos resíduos, incluindo registro de data, hora, placa do veículo, peso e origem.

5.4. Tratamento (se aplicável)

Quando houver previsão técnica para tratamento intermediário dos resíduos (como triagem, estabilização ou outra tecnologia aplicada), este deverá ser realizado em conformidade com a legislação ambiental e detalhado em relatórios mensais.

5.4.1. Poderá ser realizado o aproveitamento energético dos resíduos utilizando-se das tecnologias existentes e devidamente licenciadas objetivando o aproveitamento máximo dos resíduos e do seu potencial energético afim de reduzir ao máximo o envio dos resíduos para o Aterro Sanitário.

5.4.2 - Ressalta-se que a partir do momento que o resíduo for depositado no Aterro Sanitário, os produtos com processo de compostagem, processo de triagem ou outro processo de valorização dos resíduos gerados é de responsabilidade e de propriedade da empresa contratada.

5.5. Disposição Final





PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Estado de Minas Gerais

A disposição final deverá ocorrer em Aterro Sanitário Classe II, conforme estabelecido pela ABNT NBR 10004/2004, devidamente licenciado pelos órgãos ambientais competentes. O aterro deverá dispor de:

- Sistema de impermeabilização e contenção;
- Drenagem e tratamento de chorume;
- Captação e queima ou aproveitamento energético de biogás;
- Cobertura diária dos resíduos e controle operacional com registros atualizados.

5.6. Fiscalização e Acompanhamento

A SEMMAS deverá designar servidores ou equipe técnica para fiscalizar a execução do contrato, inclusive por meio de visitas técnicas periódicas à unidade de tratamento/destinação, a fim de verificar estrutura, funcionamento, conformidade ambiental e regularidade contratual.

5.7. Obrigações da Contratada

5.7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e na sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

5.7.2. Executar os serviços conforme especificações e prazo constante na ordem de serviço;

5.7.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

5.7.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, os serviços não executados conforme as especificações;

5.7.5. Comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

5.7.6. Manter, durante toda a execução do serviço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.7.7. Responsabilizar pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações supramencionadas, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais, e municipais, que incidam ou venham incidir sobre o objeto deste contrato, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo Município de Sarzedo.

5.8. Obrigações da contratante

5.8.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

5.8.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;





PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Estado de Minas Gerais

- 5.8.3. Comunicar à empresa, formalmente, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço executado, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 5.8.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da empresa, através de servidor especialmente designado;
- 5.8.5. Efetuar o pagamento no valor correspondente a prestação do serviço, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência;
- 5.8.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela credenciada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A gestão e a fiscalização da execução contratual dos serviços serão realizadas por servidores designados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Urbanos conforme previsto nos arts. 117 a 120 da Lei nº 14.133/2021.

6.1. Gestor do Contrato

O servidor **Vinícius José Batista**, matrícula nº 12173, Biólogo, lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Urbanos, incumbido do acompanhamento geral da execução contratual sob os aspectos técnicos, administrativos e operacionais.

- Acompanhar, controlar e supervisionar a execução do contrato, assegurando o fiel cumprimento das obrigações contratuais;
- Solicitar providências para correção de falhas ou irregularidades na execução do contrato;
- Atuar como interlocutor da Administração Pública junto à empresa contratada;
- Encaminhar à autoridade competente, quando for o caso, sugestões para aplicação de penalidades administrativas.

6.2. Fiscal do Contrato

6.2.1. A fiscalização da execução contratual ficará a cargo do servidor **Gleidson Fernandes Ferreira**, matrícula nº 10661, cargo de Direção e Assessoramento no Setor de Manutenção da Limpeza Pública.

6.2.1.1. Competências do Fiscal:

- Realizar vistorias técnicas periódicas no local de destinação final para verificar as condições de funcionamento, infraestrutura e regularidade ambiental do aterro sanitário;
- Verificar a rastreabilidade e regularidade das pesagens dos resíduos destinados;
- Emitir relatórios técnicos de fiscalização e registrar ocorrências que possam comprometer a execução do objeto;
- Informar ao Gestor do Contrato eventuais descumprimentos contratuais ou inconformidades que demandem medidas corretivas;
- Acompanhar o atendimento de exigências técnicas e legais pela contratada.

6.3. Comunicação e Registros

Toda a comunicação entre os servidores gestores/fiscais e a empresa contratada deverá ser formalizada por meio de ofícios, e-mails institucionais, relatórios ou atas, devidamente inseridos no processo de gestão contratual, garantindo a rastreabilidade, a transparência e o controle da execução.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Estado de Minas Gerais

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

A medição e o pagamento dos serviços serão realizados com base nos quantitativos efetivamente executados, conforme os seguintes critérios:

7.1. Medição

7.1.1. Os serviços de recepção, tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos e domiciliares (RSU) serão medidos em tonelada, com base na pesagem dos resíduos na unidade da contratada, em balança rodoviária certificada pelo INMETRO.

7.1.2. A contratada deverá apresentar mensalmente relatório consolidado de pesagens, contendo:

- Data, hora e local de recebimento;
- Placa dos veículos coletores;
- Quantitativo de resíduos em toneladas;
- Identificação da origem dos resíduos;
- Comprovação de destinação final ambientalmente adequada.

7.2. Forma de Pagamento

7.2.1. O pagamento será efetuado por tonelada efetivamente recebida e destinada, de acordo com o valor unitário estabelecido na proposta vencedora e no contrato.

7.2.2. A CONTRATADA deverá apresentar o relatório mensal dos resíduos que foram recebidos no aterro a cada mês, para conferência e Autorização para emissão de Nota Fiscal para o pagamento equivalente.

7.2.3. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após a emissão e aceitação da Nota Fiscal, pelo valor ofertado e condições especificadas, através de depósito em conta bancária indicada pelo fornecedor, observado o disposto no art. 140, § 1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

7.3. Juntamente com a Nota Fiscal, a contratada deverá apresentar:

7.3.1. Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da UNIÃO (CONJUNTA DO INSS),

7.3.2. Certidão de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal – CEF;

7.3.3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida eletronicamente, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, em conformidade com a Lei Federal n.º 12.440/2011 de 07 de julho de 2011.

7.3.4. Comprovante de recolhimento do INSS e FGTS, acompanhado da relação nominal dos empregados alocados na prestação do serviço. (guia do FGTS).

7.4 A Administração se reserva o direito de reter o pagamento caso sejam identificadas irregularidades que comprometam a execução contratual ou o interesse público.

7.4.1. Havendo glosa parcial ou total na medição, será concedido prazo para manifestação da contratada, podendo haver reapresentação de documentos ou correção dos serviços, nos termos do art. 147 da Lei nº 14.133/2021.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Estado de Minas Gerais

OBS.: Nenhum pagamento será efetuado à licitante caso os documentos estejam com prazo de validade vencido, bem como se houver pendência de liquidação de qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133/2021, destinado à contratação de serviços comuns de engenharia.

8.2. O critério de julgamento será o de **menor VGR** – Valor Global de Referência do resultado da multiplicação do Pft – Preço Final por Tonelada pela quantidade de anual de resíduos sólidos urbanos.

O Valor Global de Referência e o **Pft – Preço Final por Tonelada serão utilizados apenas para classificação das propostas**. As licitantes deverão informar o valor do Pft no sistema ao qual será multiplicado pelo quantitativo de resíduos previsto anualmente gerando assim o valor global.

8.3. Os lances deverão ser em função do resultado do VGR – Valor Global de Referência de cada licitante conforme demonstração a seguir:

Cálculo do VGR: $VGR = Pft \times 9.000$ (toneladas)

8.4. Considerando que a Contratante será responsável pelo transporte dos resíduos até o local de destinação, deve-se assegurar que os custos envolvendo o transporte sejam também considerados na aferição da economicidade das propostas recebidas. Neste sentido, indica-se a fórmula abaixo para definição do valor que represente o menor preço final por tonelada para a Contratante:

Cálculo do Pft:

$$Pft = Pta + [(Pq/8) \times (D \times 2)]$$

Onde:

Pft = Preço final total da tonelada, considerando o quilômetro rodado e o valor da destinação final no aterro;

Pta = Preço da tonelada disposta no aterro sanitário; (PROPOSTA DA LICITANTE)

Pq = Preço do quilômetro rodado – deverá ser adotado para todas as propostas o valor de **R\$ 20,98**;

8 = Capacidade máxima em toneladas a ser transportado pelo veículo.

D = Distância a ser percorrida entre o local de recolhimento dos resíduos (de responsabilidade dos municípios) até o aterro sanitário. (A SER COMPROVADA PELA LICITANTE)

x 2 = É o fator de multiplicação para considerar as viagens de ida e de volta.

Obs.: Para determinação do “**Pq = Preço do quilômetro rodado**”, foi considerado a distância média atual percorrida entre a divisa do Município de Sarzedo até o local de destinação final em Betim, vezes 2 (ida e volta) e o valor por viagem calculado através do Simulador da Tabela de Fretes da ATT. Exemplo, aterro mais próximo:

$$Pq = 545,52 / (13 \times 2) = R\$ 20,98$$





PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Estado de Minas Gerais

Demonstrativo do custo real por tonelada de resíduos:

- O valor base estimado pela Administração Municipal, é R\$161,87 (para dispensação dos resíduos no aterro sanitário) + R\$ 68.185 (valor projetado vinculado ao custo de transporte) = R\$ 219,20/ton.

Fonte: SIMULADOR DA TABELA DE FRETES,

Disponível em <https://calculadorafrete.antt.gov.br>, acessado em 10 de junho de 2025.

OBS: **Coleta Comum:** A coleta de lixo convencional (residencial/urbana) se enquadra em coleta comum, pois envolve múltiplas paradas lentas, varrição e descarregamento em aterros que podem demorar.

Calcular Piso Mínimo de Frete

Tipo de Carga

Granel sólido

Número de Eixos*

2

Distância

13

É composição veicular?
(veículo automotor + implemento ou
caminhão simples)

Sim

É Alto Desempenho?

Não

Retorno Vazio?

Sim

Calcular

VALORES CALCULADOS CONFORME RESOLUÇÃO ANTT Nº 5.867/2020,
ATUALIZADA EM 20/03/2026 PELA PORT.SUROC Nº04/2026

R\$ 545,52

VALOR TABELA ANTT OFICIAL

*Notas:

1. Caso a Combinação Veicular de Carga possua número de eixos não previstos nas tabelas, conforme Resolução nº 5.867/2020, o valor do piso mínimo de frete é calculado utilizando-se a quantidade de eixos imediatamente inferior, ou superior, no caso de não existir quantidade de eixos imediatamente inferior, aplicando-se o mesmo princípio no caso da contratação de veículo automotor de cargas.
2. Para compor o valor final do frete a ser pago ao transportador, deverão ser negociados os valores dos incisos I, III e IV da Resolução ANTT nº 5.867/2020. Esse parágrafo trata de despesas extras do transporte e do caminhoneiro, além de

Informações de cálculo conforme parâmetros informados:

Operação de Transporte: **Tabela A - Transporte Rodoviário de Carga e Lotação**

Distância: **13 Km**

Coefficiente de custo de deslocamento (CCD): **4,0338**

Coefficiente de custo de carga e descarga (CC): **444,84**

Valor de ida = (Distância x CCD)+CC: **497,28**

Valor do retorno vazio (caso exista) = 0,92 x Distância x CCD: **48,24**

8.5. A licitante deverá indicar em sua proposta a demonstração do cálculo do VGR – Valor Global de Referência e do Pft – Preço Final por Tonelada conforme modelo de proposta - Anexo I. Na proposta deverá também indicar para efeito de conferência a localização geográfica, considerando a entrada do aterro como ponto final. A distância deverá ser indicada utilizando como referência o programa “Google Earth”, considerando a distância da coordenada do município até coordenada da entrada do aterro da licitante:

MUNICÍPIO DE SARZEDO: Endereço de referência - Google

Latitude: 20° 02'00.85"S Longitude: 44° 02'00.40"O

8.6. Vale reforçar que o valor a ser pago pelo município será o valor por tonelada para destinação final - Pta. O Valor Global de Referência servirá somente para que se contrate a proposta mais vantajosa, independentemente da distância entre o local indicado e o local de destinação final. A empresa contratada será a que obtiver o menor Valor Global de Referência, independentemente do valor por tonelada orçado.

8.7. Ao final da licitação, para efeito de contratação e consequentemente de medição, será considerado o valor Pta = Preço da tonelada disposta no aterro sanitário do licitante vencedor que apresentou o **menor VGR – Valor Global de Referência**.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Estado de Minas Gerais

9. HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.3. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.5. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização; os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA / DECLARAÇÕES

Para fins de habilitação no certame, a licitante deverá apresentar a documentação que comprove sua regularidade fiscal, social, trabalhista e ambiental, bem como as declarações exigidas, conforme segue:

10.1. Habilitação Fiscal e Trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Previdência Social, expedida pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- c) Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual e Municipal** do domicílio ou sede da licitante;
- d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), expedida pela Caixa Econômica Federal;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Estado de Minas Gerais

11. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

11.1. Certidão negativa de falência expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica.

11.2. Empresas que se encontram em recuperação, deverão apresentar certidão positiva de recuperação junto a certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimentos licitatórios e contratação com o poder público nos termos da Lei nº 14.133/21.

11.3. Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, sendo vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados pelo INPC/IBGE — Índice Nacional de Preços ao Consumidor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da documentação.

- Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou superior a 1,0 (um inteiro) a ser obtido pela fórmula:

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

- Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou superior a 1,0 (um inteiro), a ser obtido pela fórmula:

$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- Solvência Geral (SG) igual ou superior a 1,0 (um inteiro), a ser obtido pela fórmula:

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

11.3.3 No cálculo dos índices exigidos utilizar-se-á os resultados expressos no balanço (demonstrações contábeis) do último exercício social exigível.

11.3.4 O Índice contábil será calculado sempre com uma casa decimal, utilizando-se o arredondamento matemático a partir da segunda casa decimal.

11.3.5 As memórias de cálculo do índice devem ser anexadas pelo Licitante à documentação pertinente à qualificação econômico-financeira.

11.3.6 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), ou índice de Solvência Geral (SG), será exigido em substituição para fins de habilitação a comprovação de Patrimônio Líquido Mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação respectivo ao lote de interesse na participação. No caso de consórcio de empresas, será considerado o somatório do Patrimônio Líquido de todas as empresas constituintes do consórcio.

12. HABILITAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL E TÉCNICO-OPERACIONAL





PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Estado de Minas Gerais

12.1. A empresa somente será declarada vencedora após a realização de visita técnica no aterro e análise da documentação, conforme detalhamento abaixo.

12.2. O aterro sanitário deverá atender a legislação e normas técnicas e deverá dispor minimamente dos seguintes sistemas e estruturas, os quais serão verificados na vistoria *in loco*, sob pena de desclassificação:

- a) Sistema de drenagem de águas pluviais;
- b) Sistema de drenagem, acumulação e tratamento de lixiviados (chorume);
- c) Sistema de drenagem, coleta, tratamento/aproveitamento ou eliminação de biogás;
- d) Sistema de impermeabilização de base do terreno a fim de se evitar a contaminação do subsolo e aquíferos adjacentes, pela movimentação de percolados e /ou gases;
- e) Sistema de controle de acesso com balança eletrônica rodoviária/industrial;
- f) Vias de acesso internas que permitam o adequado tráfego dos veículos de coleta e transporte dos resíduos até o local de descarga;
- g) Escritório ou administração, refeitório, vestiário, sanitários e pátio de estocagem de materiais para apoio administrativo e operacional.

13. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.1. Comprovação de Capacidade Técnica Profissional, através de atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) pelo CREA e acompanhado(s) da(s) CAT(s) (Certidão de Acervo Técnico) específica(s) para o serviço referido no(s) Atestado(s), que comprove(m) ter(em) o(s) Responsável(is) Técnico(s) executado dos serviços compatíveis em características, quantidades e prazos relacionados à recepção, tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos e domiciliares em aterro sanitário classe II, devidamente licenciado pelos órgãos ambientais competentes e em conformidade com a ABNT NBR 10004/2004.

13.1.1 Prova de Registro da licitante e do(s) Responsável(is) Técnico(s) indicado(s) junto ao CREA, através de Certidão, dentro de seu prazo de validade.

13.2. Comprovação de Licenciamento do Aterro

13.2.1. A empresa licitante deverá comprovar que o aterro sanitário destinado à recepção, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos urbanos e domiciliares encontra-se devidamente licenciado e em operação regular, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Licença Ambiental de Operação (LO) válida, em nome da licitante, emitida por órgão ambiental competente (estadual ou federal), com autorização expressa para a atividade de disposição final de resíduos sólidos urbanos e domiciliares em aterro sanitário classe II, conforme classificação estabelecida pela ABNT NBR 10004/2004;
- b) Declaração emitida pelo órgão ambiental licenciador ou relatório técnico atualizado, que ateste que o empreendimento encontra-se em situação regular e operacional, em conformidade com as condicionantes da licença ambiental vigente e demais normas ambientais.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Estado de Minas Gerais

- c) O aterro deverá estar inserido no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos e Não Perigosos, e em conformidade com as diretrizes do Plano Nacional de Resíduos Sólidos e legislações estaduais/municipais vigentes.
- d) Todos os documentos apresentados deverão estar legíveis, atualizados e compatíveis entre si, sendo passíveis de verificação junto aos órgãos emissores a qualquer tempo pela Administração.
- e) Não será permitido a subcontratação da atividade de Tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos, porque esta atividade é de extrema complexidade e maior relevância.
- f) Caso a validade das licenças expire durante o período contratual, e o destino final contratado não puder receber os resíduos, a empresa prestadora dos serviços deverá arcar com todas as despesas adicionais ao valor inicialmente proposto.
- g) Não será aceita licença municipal para Aterro Sanitário de Pequeno Porte – ASPP, uma vez que o mesmo não atende os quantitativos estimados necessários. De acordo com o Art. 1º, §1º da Resolução CONAMA nº 404/2008, são considerados aterros sanitários de pequeno porte aqueles com disposição diária de até 20 t (vinte toneladas) de resíduos sólidos urbanos.
- h) A comprovação da propriedade da unidade de tratamento de RSU através da Licença ambiental (exclusivamente emitida pela SEMAD em nome do licitante), não sendo aceita autorização provisória, documento ou guia de protocolo. Não poderá ser substituído a licença de operação por TAC – Termo de Ajustamento de Conduta.

13.3. Responsável Técnico

Indicação de responsável Técnico legalmente habilitado, com formação compatível com o objeto (tais como Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia Sanitária ou correlatas) pelas operações de tratamento e destinação final dos resíduos sólidos urbanos e domiciliares e perigosos, com a respectiva ART do órgão de classe.

Comprovação que o(s) responsável(is) técnico(s), detentor(es) do(s) atestado(s) acima, pertence(m) ao quadro permanente da empresa, através da apresentação de 01 (um) dos documentos a seguir relacionados:

- ✓ Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ‘
- ✓ Contrato de Prestação de Serviços, em vigor;
- ✓ Em se tratando de sócio, esta comprovação deverá ser feita pelo Contrato Social em vigor, devidamente registrado no órgão competente.

13.4. Declarações Obrigatórias

A licitante deverá apresentar as seguintes declarações, assinadas por seu representante legal:

- a) Declaração de que o licitante não é declarado inidôneo para licitar e contratar com o Poder Público ou suspenso do direito de licitar ou contratar com a Administração Estadual;
- b) Declaração de que o licitante não possui, em seu quadro, trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, que em nenhuma hipótese emprega trabalhadores menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, na forma da lei;





PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Estado de Minas Gerais

c) Declaração, assinada pelo representante legal da empresa, que a mesma não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, do órgão celebrante. Conforme modelo contido no Anexo III deste Edital.

d) Declaração de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, responsabilizando-se pela exatidão das informações prestadas.

O custo estimado total da contratação é de **R\$1.476.900,00 (hum milhão, quatrocentos e setenta e seis mil e novecentos reais)**, conforme o quadro abaixo:

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	V.UNIT	TOTAL
1	9.000	Ton.	Prestação de serviços de recepção, tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos e domiciliares, em aterro sanitário classe II, que atenda as normas da ABNT NBR 10004/2004, devidamente licenciado pelos órgãos ambientais competentes.	164,10	1.476.900,00

O critério de seleção de fornecedor, deverá obedecer o que trata o **VGR – Valor Global de Referência**, para tal a licitante deverá acessar o Simulador da Tabela de Fretes, disponível em: <https://calculadorafrete.antt.gov.br>

14.1. DO REAJUSTE

14.1.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data assinatura do contrato.

Após o interregno de um ano, a pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ou outro que venha substituí-lo, desde que previamente autorizado pela administração pública municipal, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

14.1.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes correrão pela seguinte dotação orçamentária:

Atividade: 18.451 1801.2064 - MANUTENÇÃO SERV. DE LIMPEZA PÚBLICA

Natureza: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Ficha: 735 – Fonte: 1.500.000 Recursos Não vinculados de Impostos

Ficha: 735 – Fonte: 1.708.000 - Transferências da União

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Estado de Minas Gerais

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS - SEMMAS

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

- 16.1.1. Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;
- 16.1.2. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 16.1.3. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 16.1.4. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 16.1.5. Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 16.1.6. Apresentar declaração ou documentação falsa;
- 16.1.7. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 16.1.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 16.1.9. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 16.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

16.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 16.2.1. Advertência por escrito;
- 16.2.2. Multa;
- 16.2.3. Impedimento de licitar e contratar;
- 16.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.3. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

16.3.1. PARA OS PROPÓSITOS, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:

- a) PRÁTICA CORRUPTA: Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;
- b) PRÁTICA FRAUDULENTA: A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) PRÁTICA CONCERTADA: Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) PRÁTICA COERCITIVA: Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Estado de Minas Gerais

f) PRÁTICA OBSTRUTIVA: Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

17. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A solicitação encontra-se cadastrada no Sistema de Compras nº 256/2026.

Sarzedo, 13 de maio de 2026

Elaborado por

Armindo Antunes de Souza

Gestor Ambiental – CREA/MG 231717/D

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Urbanos

Marco Túlio Batista Salomão

Secretário Municipal de meio Ambiente e Serviços Urbanos





PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Estado de Minas Gerais

ANEXO I PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026

SESSÃO PÚBLICA: ----/----/2026, ÀS _____ h

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

Nome de fantasia:	
Razão social:	
CNPJ:	Insc. Estadual:
Optante pelo simples? SIM () NÃO()	
Endereço:	
Bairro:	Cidade:
Cep:	
Telefone:	E-mail:
Contato da licitante:	
Banco:	Agência:
Conta:	

1) Planilha do valor a ser contratado:

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	V.UNIT (Pta)	TOTAL
1	9.000	TON.	Prestação de serviços de recepção, tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos e domiciliares, em aterro sanitário Classe II, que atenda as normas da ABNT NBR 10004/2004, devidamente licenciado pelos órgãos ambientais competentes.		

2) Planilha para Julgamento do Menor Valor Global de Referência (A ser lançado no sistema) do pregão eletrônico pelo licitante):

ITEM	QTD (A)	UNID	DESCRIÇÃO	Pft (B)	VGR (A X B)
1	9.000	TON	Prestação de serviços de recepção, tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos e domiciliares, em aterro sanitário classe II que atenda as normas da ABNT NBR 10004/2004, devidamente licenciado pelos órgãos ambientais competentes.		





PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Estado de Minas Gerais

Análise da Viabilidade da contratação: Planilha para cálculo do Pft:

D (km) Somente ida	Pta (R\$ /t)	Pq (R\$/km)	Pft - (R\$/t)
		R\$ 28,98	

$$\text{Pft} = \text{Pta} + [(\text{Pq}/8) \times (\text{D} \times 2)]$$

Onde:

Pft = Preço final total da tonelada, considerando o quilômetro rodado e destinação final no aterro;

Pta = Preço da tonelada disposta no aterro sanitário; (PROPOSTA DA LICITANTE)

Pq = Preço do quilômetro rodado – deverá ser adotado para todas as propostas o valor de **R\$ 28,98;**

8,0 = Capacidade máxima em toneladas a ser transportado pelo veículo.

D = Distância a ser percorrida entre o local de recolhimento dos resíduos (de responsabilidade dos municípios) até o aterro sanitário.

x 2 = É o fator de multiplicação para considerar as viagens de ida e de volta.

Coordenada Geográfica do Aterro Sanitário da Licitante:

Latitude: _____ Longitude: _____

A empresa: _____, declara que:

1. Estão inclusas no valor cotado todas as despesas com mão de obra e, bem como, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas.

2. Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

3. Que não incide nas vedações previstas na lei nº 14.133/2021.

4. Que a realização dos serviços será de acordo com os termos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do edital a contar do recebimento da Ordem de Serviço, por parte da contratada.

Todos os itens serão avaliados, sob pena de devolução de não aceite, caso não atenda as condições descritas no Termo de Referência.

(Local), ____ de _____ de 2026.

CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

Rua Hermes Pereira Pinto, nº 420 – Vila Satélite – Sarzedo/MG
E-mail: meioambiente@sarzedo.mg.gov.br - Telefone: 31 3577-7077

